

Entre crônicas e contradições: o processo de fundação da cidade de Carangola (MG) sob a ótica da afrocentricidade

Between chronicles and contradictions: the founding process of the city of Carangola (mg) from the perspective of afrocentricity

Luís Ricardo Soares Wenceslau¹; Leonardo Civalé²

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa, campus Viçosa, que trata de revisitar o processo de formação de pequenas cidades na Zona da Mata Mineira no século XIX. Neste sentido, a partir de uma experiência prática buscou-se nesse artigo apresentar as potencialidades da lente analítica da Afrocentricidade na desconstrução do que chamamos de “mito de refundação” da cidade de Carangola (MG). Esse interesse surgiu a partir da constatação de contradições nas fontes limitantes de pesquisa local que invisibilizaram as possíveis estratégias eclesiais e das elites agrárias de consolidação da Igreja de Santa Luzia enquanto matriz do poder branco local e o ocultamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de forte identificação dos negros escravizados que ocupavam o local nessa época.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos raciais; Igreja Católica; Geografia Histórica.

ABSTRACT: This paper presents the results of a master's research, developed in the Graduate Program in Geography at the Federal University of Viçosa, Viçosa campus, which deals with revisiting the formation process of small towns in Zona da Mata Mineira in the nineteenth century. In this sense, from a practical experience we sought to present the potentialities of the analytical lens of Afrocentricity in the deconstruction of what we call the "myth of refounding" of the city of Carangola (MG). This interest arose from the observation of contradictions in the limiting sources of local research that invisibilized the possible ecclesiastical strategies and the agrarian elites to consolidate the Santa Luzia Church as the matrix of local white power and the concealment of the Nossa Senhora do Rosário Church, a strong identification of the enslaved blacks who occupied the place at that time.

KEYWORDS: Racial conflicts; Catholic Church; Historical Geography

INTRODUÇÃO

É preciso, em primeiro lugar, enfatizar que o presente trabalho é fruto da dissertação de mestrado intitulada “Em terra de Nossa Senhora do Rosário, Santa Luzia é padroeira - um estudo

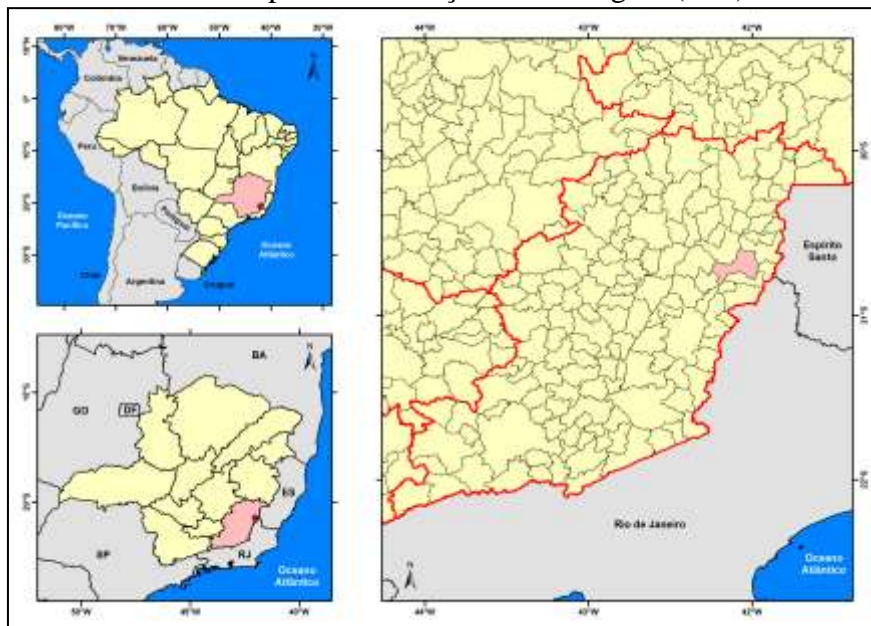
¹ Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade de Carangola; Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa, <https://orcid.org/0009-0005-7871-5924>. E-mail: luisricardosoareswen@gmail.com.

² Universidade Federal de Viçosa, Professor Associado III do Departamento de Geografia, <https://orcid.org/0000-0003-0048-8336>. E-mail: civale@ufv.br.

sobre o mito de fundação da cidade de Carangola (MG)” entregue ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa (PPGEO/UFV) que (re)visita o processo de constituição territorial Zona da Mata Mineira no século XIX, buscando dar visibilidade a população negra ou cativa nesse processo. Tal análise evidencia a influência do catolicismo no processo de ocultamento desses indivíduos na produção e apropriação dos espaços de pequenas cidades.

No tocante, tem-se como foco o desenvolvimento da cidade de Carangola (MG) (figura 1), que possui aproximadamente 32.296 habitantes e está situada na confluência entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (IBGE, 2017). Conseqüentemente, o município adquiriu, ainda no século XIX, grande destaque na Zona da Mata Mineira devido a expansão da cultura cafeeira, visto a ascensão econômica da agricultura pós queda valorativa da exploração aurífera em terras mineiras.

Mapa I: Localização de Carangola (MG)



Autor: Neuman Assis (2022)

De modo geral, pode-se dizer que a busca pela gestão da vida nesses conglomerados de múltiplos territórios e multiterritorialidades fez da cidade um espaço propício ao exercício do poder político, econômico e religioso, sendo, portanto, foco de análise das Ciências Humanas. Dessa maneira, se a Geografia coloca-se como um campo de conhecimento preocupado com a dimensão espacial da sociedade, os geógrafos não podem mais limitar-se ao estudo do presente, visto que seu objeto de análise (relação homem-natureza) é resultado de variadas temporalidades e espacialidades criadas simultaneamente. Assim sendo, para analisar o processo de fundação de cidades no Brasil,

deve-se entender que isso não ocorreu de forma linear e que a maioria desses núcleos de povoamento foram reestruturados a partir da relação institucional entre o Estado e a Igreja Católica.

Essa instituição eclesiástica ganhou notoriedade no desenvolvimento das cidades brasileiras, porque desde o momento da invasão colonial e da implementação forçada dos moldes de suas organização territorial, a coroa portuguesa colocou como exigência que “sesmeiros ou posseiros” doasse um parte de suas terras apropriadas para construção do patrimônio do orago local, com interesse de expandir o controle da coroa e fiscalizar o pagamento de tributos. Depois desse processo, o arraial passava a ser organizado pela Igreja e com isso recebia a administração do poder civil, que promovia a melhora do local e a remuneração do clero. Com isso, fica evidente que os antigos assentamentos coloniais apresentavam a união do Estado e da Igreja Católica, o que no primeiro momento ficava mais restrito as ordens eclesiásticas do que do próprio Estado, período reconhecido como regime do padroado, “definido como a soma de privilégios e vantagens concedidas pelo papa ao grão-mestre da Ordem de Cristo em favor da dilatação da fé e da manutenção do culto” (FRIDMAN, 2009, p.94). Contudo, essa imbricamento de instancias de poder marcou a deturpação da religião e invenção de várias localidades, pois há forte indício de que a capela e o sacerdote poderiam se tornar instrumentos de poder nas mãos dos fazendeiros, visto que o reconhecimento religioso trazia prestígio e valorização de suas terras.

Nesse ínterim, destaca-se a necessidade de análise do processo de fundação da cidade de Carangola, pois segundo as fontes isso ocorre a partir da construção da Igreja Matriz de Santa Luzia em 1859, tendo como motivação o fim da necessidade da população carangolense assistir missa na Igreja de sua antiga freguesia, reduto de um partido político distinto do que defendia sua elite, sendo, portanto, inaceitável continuar se deslocando para o local para fins religiosos.

Contudo, nota-se que tal afirmativa é contraditória porque já existia uma primitiva ermida na cidade, cujo orago era Nossa Senhora do Rosário, santa de devoção dos negros escravizados. Sob tal contradição, acredita-se que as lacunas explicativas existentes na história da cidade não elucidam claramente as intencionalidades que existiam no contexto político-religioso da cidade, haja vista que mesmo com a existência dessa primeira edificação, indaga-se o porquê buscou-se erguer outro templo com o intuito separatista.

Com isso, tem-se como objetivo principal compreender, a partir de uma abordagem alternativa, afrocêntrica, o desenvolvimento territorial da cidade de Carangola, devido à constatação de algumas contradições em sua história, permitindo acreditar na hipótese de que seu processo de formação estaria ligado há aspectos de ordens econômicas e raciais, que resultaram na ascensão da Igreja de Santa Luzia (santa de devoção da elite) e o ocultamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (santa de devoção dos povos negros escravizados), fatores que resultaram no

desenvolvimento de certas famílias e acabaram forjando a identidade do local. Sob esse interesse investigativo é preciso questionar o porquê dessa invisibilidade com a Igreja dos negros? Foi um processo intencional por parte da elite local ou apenas uma iniciativa do poder religioso para de fortificar nesse lugar? Ou teria sido uma ação conjunta dos três poderes que regiam o local: Igreja, Oligarquia e Estado, para se fortalecerem e dar continuidade, ao projeto de branqueamento e aculturação de não brancos na colônia?

Neste sentido, o presente trabalho se alicerça sob as bases da Geografia Histórica a fim de compreender um recorte temporal específico. Essa base epistemológica funciona como um instrumento norteador para a operação intelectual pretérita, uma vez que esta tem como principal característica estabelecer uma relação efetiva e coerente entre o tempo e o espaço na formação histórica de um território. Além disso, o estudo apoia-se em uma abordagem inovadora – a Afrocentricidade, e avança rumo a um novo entendimento acerca da história da cidade de Carangola, pois busca-se romper com limites interpretativos construídos por referenciais essencialistas brancos de ideologias judaico-cristãs e de bibliografias limitantes que acabaram reproduzindo esse discurso.

Trata-se de uma forma de operacionalização metodológica diferente, pois tanto o referencial teórico como os elementos considerados relevantes para o entendimento do tema desta pesquisa, objetiva a promoção do debate acerca de negros e cativos invisibilizados em uma construção geohistórica emoldurada por referenciais colonizadores, que negam determinadas memórias³ para reforçar suas identidades, uma vez que relatam que o desenvolvimento dessa pequena urbe, deriva apenas de motivações políticas, mesmo que a escolha de sua padroeira e matriz represente a invisibilidade da sua primeira ermida de forte identificação nacional de povos pretos. Acredita-se que apresentar esse processo analítico propiciará uma melhor compreensão do processo de construção de pequenas cidades mineiras, àquelas marcadas pela utilização da Igreja como forma enriquecimento. Em suma, busca-se, mesmo que em caráter introdutório, repensar teoricamente a historiografia carangolense, apresentando suas lacunas explicativas e as estratégias de expansão advinda de grupos dominantes. Visando atender o objetivo proposto no âmbito da Geografia Histórica e da Afrocentricidade, o presente trabalho será discorrido à luz de três tópicos de discussão temática: I) Contribuições da Geografia Histórica e da Afrocentricidade para o estudo das

³ Na concepção de Maurice Halbwachs (1990), a memória não pode ser considerada apenas individual, pois ela é criada a partir de experimentações sociais e só pode ser reconstruída a partir desses quadros de recordações coletivas. Entretanto, existe a memória histórica, que está interessada em produzir sistematizações presentes de um processo histórico descontínuo, reinventado a partir da coleta e confronto de documentos. Muitas vezes, essa memória histórica se apresenta como universal, porém deve-se entender que ela é apenas uma justaposição de histórias parciais que abrangem apenas a vida de alguns grupos que trataram descrever determinada espacialidade segundo sua memória coletiva, muitas vezes com intuito de apagar a de outros indivíduos.

idades brasileiras; II) Toponímias, etimologias e formação territorial: identidades e invisibilidades
III) Da fundação ao mito de refundação de Carangola.

CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA HISTÓRICA E DA AFROCENTRICIDADE PARA O ESTUDO DAS CIDADES BRASILEIRAS

Pode-se dizer que a cidade é resultado de uma teia de interações sociais produzidas em um espaço carregado de temporalidades, um eixo de descontinuidades que mistura lógicas de poder e vivências diferentes. Deste modo, deve ser entendido como produto histórico, um constructo de formas e necessidades de grupos culturais distintos, sua materialidade é a “base na qual se estabelecem ‘mapas de significados’” (CORRÊA, 2012, p.137), um conjunto de vivências que cartografam as paisagens pelas suas formas de uso. Assim sendo, é possível notar que vários aspectos que moldaram a paisagem na fundação das cidades ainda são possíveis de serem observados contemporâneas, pois a “herança material permanece [...] e sobre esses restos de uma sucessão de elaborações, vai se sobrepor o novo conjunto de técnicas característico do período atual”. (SANTOS, 2006, p. 154).

Neste universo de análise, a Geografia Histórica aparece como uma área de pesquisa relevante, pois permite ao pesquisador estabelecer um elo entre histórias presentes e passadas, ainda que a realidade do passado mais próximo, seja irrecuperável em sua totalidade (LOWENTHAL, 1998). Para conseguir produzir um estudo comprometido com a complexidade de suas variáveis, seu pesquisador precisa “buscar metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal” (ERTHAL, 2003. p.30). Se a Geografia for considerada uma ciência que estuda o espaço geográfico presente, a Geografia Histórica não será aquela que irá tentar apresentar o espaço-temporal que já existiu e hoje se tornou passado. Deste modo, é tarefa do geógrafo desconfiar dos vestígios que encontra, pois o passado é um espaço que teve interferência do homem e sua sociabilidade, do mesmo modo que seus vestígios tem interferência desse processo.

A vista disso observa-se que é a necessidade de compreensão do presente que propicia a busca pelo estudo do passado, pois não vivenciamos essa espacialidade em sua existência *in-loco* e sim por meio de narrativas e documentos que temos acesso no presente, sejam elas adquiridas nos vestígios materiais ou imateriais. Assim sendo, é necessário sempre fazer uma análise crítica sobre esse fenômeno estudado que estamos evocando por meio da Geografia Histórica, evitando defender uma história única e cair em anacronismos, reflexões e sistematizações fora de contexto.

Sob tal perspectiva, munidos das considerações de Vasconcelos (2009) aponta-se aqui alguns cuidados e estratégias que podem ser adotados para entender com maior profundidade a

espacialidade que deseja-se estudar por meio da Geografia Histórica: a) arrecadar o maior número de documentos da época, seja por meio de entrevistas ou em instituições de memória (cartografias, artefatos, entre outros), confrontando-as com leis e ideologias que existiam nesse período, a fim de desmitificar possíveis estratégias ou ocultamentos; b) levar em consideração que a falta de materiais ou a ocorrência de “hiatos temporais” também podem significar pistas para análise do período, sejam eles intencionais ou não; c) procurar sempre relacionar a seu recorte de escalar com outras escalas, pois um espaço é resultado de diferentes influências, que nem sempre restringe-se aquela temporalidade ou fronteira; d) buscar entender os processos de patrimonialização, quais as intencionalidades em resguardar determinados bens e outros não.

AFROCENTRICIDADE: APRECIÇÕES TEÓRICAS

No caso das cidades brasileiras, que apresentam uma longa história e múltiplas territorialidades no processo formativo, o mais importante é tentar escapar de diacronismos, ou seja, de não entender a formação territorial brasileira como algo evolutivo e linear. A vista disso, acredita-se que aqueles que busquem pesquisar sobre essas espacialidades devem examinar as continuidades e rupturas desses processos, porque temos transformações em momentos e escalas dispersas, que acabam moldando os lugares segundo variadas intencionalidades. Para tanto, é preciso examinar o contexto e as fontes, o que está evidente e o que foi ocultado, considerando os atores hegemônicos e subalternizados, tempos considerados rápidos ou lentos, espaços luminosos e opacos, a fim de que não se reproduza uma História Oficial e sim a complexidade do local, pois que o que sobrevive não é o “conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada das forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo” (LE GOFF, 1995, apud, ALMEIDA, 2016, p.84).

Sendo assim, deve-se buscar entender os fatores de formação desses espaços, tomando como referência as cartografias iniciais para entender essa realidade. Cabe não esquecer, de “examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população” (VASCONCELOS, 2009, p.155), aqueles que interferem verticalmente na formação do espaço. Destaca-se, que o fator religioso continua sendo no mundo moderno um dos agentes de produção do espaço, suas práticas continuam preservando estruturas e remodelando materialidades temporária ou permanentemente.

A vista disso, devido às especificidades raciais existentes na cidade de Carangola (MG), soma-se ao modo de operacionalização da Geografia Histórica as contribuições da Afrocentricidade, “um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus

próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 93), uma abordagem comprometida com a localização do africano e sua diáspora e que permite a partir de uma lente cultural entender a realidade desses sujeitos sem restringir-se a referenciais essencialistas locais e de bibliografias problemáticas que acabam reproduzindo o discurso eurocêntrico. Para situar as características dessa abordagem epistemológica é preciso apresentar os cinco compromissos que um intelectual deve ter ao se apropriar dessa proposta, segundo Asante (2009) é: 1º) Interesse pela localização psicológica, 2º) compromisso com a descoberta do lugar da(o) africana(o) como sujeito; 3º) defesa dos elementos culturais africanos; 4º) compromisso com o refinamento léxico; 5º) compromisso com uma nova narrativa da história da África.

De maneira geral, o primeiro diz respeito à busca pela localização do sujeito em relação à sua cultura, se é central ou marginalizada, para que com isso seja possível compreender as ações e relações estabelecidas no contexto que eles estão inseridos. No segundo compromisso, de forte relação com o anterior, é preciso que o “afrocentrista” busque apresentar em seus textos, eventos ou ideias, o africano segundo os relatos dos próprios africanos e não de terceiros permitindo um entendimento mais profícuo da sua cultura atemporal.

Nessa esteira, o terceiro apontamento do autor, diz respeito à busca da defesa dos elementos culturais africanos, ou seja, significa entender que os valores dessa cultura são particulares e de suma importância para esses sujeitos, a partir disso que eles continuam se reafirmando no espaço a partir ressignificações e/ou resistências. O quarto, encarado como primordial nesse trabalho refere-se à necessidade daqueles que se dedicam a estudar a África e todas suas raízes pelo mundo, buscarem o refinamento de sua escrita, análise e sistematização, principalmente aqueles situados em situação de “privilegio” imposto pela lógica homogeneizante, apenas assim será possível contribuir com a liberdade do ser, saber e poder desses sujeitos.

Por fim, o quinto compromisso diz respeito ao aprofundamento na história da África, entendendo esse espaço para além de análises estruturalista que relatam a centralidade do mundo a partir da Europa, e sim a partir do entendimento que esse continente e sua multiculturalidade já existiam com lógicas particulares antes da fabula da colonização. Destaca-se, que essa perspectiva não se limita a um rótulo de pesquisa e sim a um projeto político-acadêmico interessado em compreender a realidade para além dos discursos eurocêtricos que construíram seu poder através da colonialidade do saber.

A vista disso busca-se nos próximos tópicos problematizar as construções históricas consolidadas acerca do processo de formação e desenvolvimento da cidade de Carangola, um grande exemplo dessa dinâmica de construção de identidades hegemônicas e apagamentos de estórias de sujeitos que foram massacrados por esse sistema de opressão branca.

Toponímias, etimologias e formação territorial: identidades e invisibilidades

O entendimento da geohistória dos lugares passa por diferentes tipos de análises, principalmente daqueles que tem como cerne o fenômeno religioso, pois o pesquisador estará condenado a inevitavelmente a estabelecer diálogo com outras áreas de estudo, pois interdisciplinaridade neste campo de estudos não é apenas uma moda acadêmica e sim uma necessidade para se entender com profundidade essas espacialidades. Isto posto, destaca-se como viés analítico complementar o estudo da língua, que envolve, por conseguinte a relação do humano com a sociedade, ou seja, o estudo da cultura, cujo conceito apresenta grande amplitude e fluidez de significados. De maneira geral, entende-se por cultura, todo o conhecimento que o indivíduo irá adquirir em virtude de ser membro de determinado grupo e pelas influências do meio social que o cerca. Assim sendo, o indivíduo faz uso da língua para representar e interagir com o universo cultural que ele vivência.

Ressalta-se que é impossível desvincular língua, cultura e sociedade⁴ e que o estudo das palavras e dos nomes não deve ser de exclusiva fonte de pesquisa da sociolinguística e sim de importância transversal, principalmente para àqueles que buscam respostas presentes para situações históricas, por exemplo, o entendimento do ato de nomear as coisas, ação que sempre esteve presente na humanidade e que de certa maneira categorizou os territórios. A vista disso destaca-se a necessidade do estudo do léxico, pois não se conhece o sujeito e seu espaço sem antes ele ter falado, a linguagem faz parte da sua história, ela reflete por meio das palavras um sistema lexical que expressa a cultura de um povo. Assim, estudar o léxico de uma língua, é estudar também culturalmente esses grupos e seus espaços, essa análise vai muito além de entender um conjunto de palavras e sim o patrimônio vocabular de uma comunidade linguística.

Dentro da ciência do léxico, existe a Lexicografia, ciência dos dicionários, que se ocupa de entender o significado dos vocábulos, analisando o sentido estrito da palavra, isto é, o que querem dizer ou representar. Além disso, temos a Onomástica, campo que integra essa ciência, mas que se ramifica em duas áreas de estudo: a Antroponímia e a Toponímia. A primeira é conhecida por investigar “os nomes próprios individuais, sobrenomes, alcunhas ou apelidos de família” (LIMA, 2012, p.35). Já a segunda, do grego *topos* (lugar) e *onoma* (nome) é responsável pelo estudo dos nomes dos lugares, “analisando o léxico toponímico a partir da motivação dos nomes no ato denominativo” (Ibidem). Ressalta-se que a diferença entre os campos supracitados não impossibilita

⁴ De acordo com Geertz (1926), devemos considerar cultura assim como Max Weber a entendia, ou seja, como “teia de significados que o homem teceu”, um conjunto de experiências que cria a identidade de cada grupo social, que será oculo se analisado de fora para dentro, mas comum se explicados por aqueles que a vivencia.

a aproximação de objetos de investigação, ambos são grandes fontes de conhecimento e tem tanto poder quanto bibliografias documentais.

Segundo (ARROYO, 2010) as contribuições da Geografia acerca dos nomes de lugares são francamente escassas, as pesquisas ficaram por muito tempo restritas a filólogos, historiadores e vários outros cientistas, sem os quais faltariam informações relevantes sobre a temática. O autor sugere que os estudos toponímicos se tornaram preferencialmente Filológicos, o que fez com que os problemas dos nomes tenham prevalecido sobre os do lugar, principalmente os “topônimos obscuros, ou seja, aqueles cujo significado não pode ser compreendido hoje, pois suas raízes estão em outra língua” (DONADA, 2001, apud, ARROYO, 2010, p.300, tradução nossa) e por algum motivo já desapareceram há muito tempo e só através do procedimento etimológico será possível recuperá-lo.

Com isso, os estudos sobre as toponímias pela Geografia, acabaram ficando como fontes secundárias em pesquisas locais e quando aparecem em planos de estudos acadêmicos, foram, na melhor das hipóteses, de natureza opcional e marginal. Pode-se dizer que o topônimo carrega em si uma designação do espaço geográfico e a carga motivacional do ato denominativo dos lugares, mas seus estudos acompanharam também a evolução dessa ciência, pois anteriormente a uma Geografia Humana existiu uma Geografia Física, que permitiu entender os nomes de muitos acidentes geográficos de épocas nas quais, o humano nem conhecia escritura, mas que foram preservadas pela tradição oral.

É sob tal perspectiva que essa pesquisa entende a necessidade de investigar o topônimo da cidade de Carangola (MG), pois o nome de um município é para além de um signo, um verdadeiro testemunho histórico que pode fornecer sua função designativa em determinado momento, mas também o entendimento de muitos aspectos referentes à história política, econômica e sociocultural de uma região. Estudar o nome de uma localidade é compreender suas variáveis, desde o ato de nomeá-la até a sua possível renomeação. “Se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal” (DICK, 1990 apud LIMA, 2012, p.37) e dentro de um contexto de apagamento pode ser uma grande contribuição para contestar essas construções coloniais que ainda preponderam na organização o espaço e no imaginário presente. Levando em consideração que a cidade supracitada encontra-se dentro do contexto de formação dos primeiros núcleos de povoamento de Minas Gerais no século XVIII e XIX, retoma-se a importância dos patrimônios religiosos, pois grande número de terras “doados por um ou mais fiéis para uma capela (ou mais precisamente para o orago dessa capela) – contribuíram na formação daquilo que Aroldo de Azevedo chamou de ‘embrião de cidade’” (MATA 2005, p.117). Sabemos, assim como já foi mencionado, que boa parte

dos arraiais reocupados pelos brancos passou a se definir como espaço sagrado, tanto que vários deles passaram a manifestar o nome do santo na toponímia.

Entretanto, não se poder falar de uma Geografia Toponímica Mineira baseada apenas na íntima relação entre sagrado e espaço, pois nem sempre os nomes dessas localidades estiveram ligados, ao nome panteão católico, em alguns casos isso aconteceu apenas em períodos provisórios, criando a necessidade de entender também esse processo. Chega-se então ao ponto que nos interessa, a relação entre nome, identidade e dinâmica socioespacial, um tipo de fonte potencial, mas pouco explorada que pode fornecer grande pistas para essa pesquisa.

Segundo as bibliografias oficiais, o município de Carangola (MG), antigo Arraial Novo, em sua formação branca em 1840, passa a se chamar Carangola. Uma das versões aponta que o nome existe “devido ao fato de haver em abundância ‘carás’ no meio do “capim-angola” nas margens do rio. O cará pelo fato de estar misturado ao capim foi chamado “cará-angola”. Outra menção, acredita que o topônimo provinha do rio do mesmo nome, no entanto, essa denominação “já constava nos mapas da Capitania de Minas Gerais datados de 1780, bem antes da presença do homem branco na região” (IBGE, 2017). A vista disso, acredita-se na hipótese que o vocábulo seria híbrido, formado de cará, do tupi e angola do Quibundo N’gola, nome de um soba, vassalo do rei do Congo. Ademais, sua origem pode estar relacionada, pois “há duas povoações que existiriam em Angola – Cangola, no Conselho de Pombo e Carangola, no Conselho Ganda”, ambas situadas em locais onde traficantes obtinham os escravos (MERCADANTE, 1990, p.48).

Problematicamente, os relatos, artigos e livros que abordam a historiografia do negro, sejam africanos ou cativos na cidade de Carangola (MG) são escassos, senão raros. Embora Mercadante (2003) aborde o processo de constituição da cidade a partir de seu olhar enquanto morador, ele enaltece a história dos personagens que na sua concepção seriam os fundadores e responsáveis pela constituição da cidade, registrando a visão do colonizador e/ou conquistador, deixando de lado as contribuições do negro. Já a obra de Carelli (2002), trata-se de efemérides, isto é, um conjunto de notícias que abrangem os acontecimentos sucedidos em um mesmo dia, em diferentes épocas, que foi possível encontrar apenas dados pontuais sobre a presença do negro em Carangola (MG). Visto isso, aponta-se que “quando ocorreu a emancipação do município de Carangola em 7 de janeiro de 1882, a população escrava existente na área urbana e Distritos era de 800 escravos” (CARELLI, 2002, p.478).

Há que se registrar que o nome desse município acompanhou as mudanças políticas experimentadas pelos seus moradores, pois em 1860 passa-se chamar Santa Luzia do Carangola, mas perde essa denominação de hagiotopônimo (termo referente aos nomes de santos e santas pertencentes ao catolicismo romano) em virtude do recebimento do status de cidade em 1891 e volta a se chamar Carangola. Essas contínuas mudanças nos nomes de cidades e distritos ligados ao

universo de regulação católico “foram caracterizadas por Limas Jr. (1978, p.87) como “depredação toponímica” do arrivismo inculto e iconoclasta” (MATA, 2005, p.123), isto é, um desencantamento ou perda de uma identidade sagrada.

Sob tal perspectiva, tem-se como convicção que não se deve superestimar o poder da religião católica na região mineira, mas “há razões suficientes para afirmar que a toponímia mineira (no sentido lato do termo “toponímia”) do século XIX nunca foi esmagadoramente ou mesmo majoritariamente religiosa” (MATA, 2005, p.127) principalmente quando se estende as bases de análise, podendo visualizar que esses hagiotopônimos aparecem com maior frequência apenas de forma residual no conjunto dos nomes de fazenda e sítios.

Em que pese o que foi dito antes, foi possível entender que grande parte da mudança dos nomes das cidades que detinham o nome de seu panteão católico na toponímia, deve-se também ao processo de “laicização” vivenciada no século XX, devido à separação de forças eclesiásticas e estatais. Segundo Mata (2005) isso parte da necessidade do novo modo de racionalização, na qual o Estado Nacional passou a regulamentar os territórios e para isso necessitava conhecê-los e distingui-los.

Entretanto, reafirma-se que mesmo com a retomada dos nomes originais, o que se perdeu não foi reconstruído e todo esse processo provém de um substrato ideológico que previa uma intencionalidade, uma “bomba cultural, [...] capaz de aniquilar a crença das pessoas nos seus nomes, [...] nas suas tradições de luta, [...], e nelas mesmas” (WA THIONG'O, 2005, apud BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2020, p.13). Não se alterou apenas o nome da cidade, mas a percepção que se tem dela, da sua identidade e sua história.

Do mesmo modo, isso não significa que esse processo de racionalização promoveu uma mudança de um universo sagrado para um profano, pois o catolicismo continuou moldando e organizando os espaços mineiros. No caso específico de Carangola observou-se a busca incessante pela consolidação de uma historiografia branca colonial que se deu sob a invisibilidade da presença indígena e negra desde o entendimento da toponímia até no projeto de escolha de sua padroeira. Isso permitiu a ascensão de uma elite política, econômica e cultural na cidade a partir do que denominamos de mito de refundação carangolense que acompanha todo esse processo de apagamento de sua toponímia.

Da fundação ao mito de refundação de Carangola (MG)

Pode-se dizer que os fenômenos sociais têm sido resultado de uma conscientização e/ou influência do passado, isto é, o homem é produto da sociedade e a sociedade é produto do homem.

Nesse âmbito, acrescenta-se a grande influência das culturas universalizantes, nesse caso, a da cultura cristã e da Igreja Católica Apostólica Romana; uma complexa organização que disseminou seu poderio ao longo do tempo por meio da expansão de seus territórios - territorialidades, desde os tempos da colonização *além-mar*.

De maneira geral, é difícil precisar quando o catolicismo se instaurou na atual localidade, porém é possível afirmar que seu desenvolvimento está em consonância com o processo de invasão dos portugueses em solo brasileiro. A bibliografia colonialista de Carangola apresenta de que a mistura de sertanistas e faiscadores em busca de metais e poaia nos Sertões do Leste, atrelado à escravização dos indígenas que habitavam o local, promoveu na primeira metade do século XIX a expansão da presença branca no local, apresentando já por volta de 1840 um número expressivo de assentamentos coloniais, na qual seus invasores contavam com a utilização da mão de obra indígena e negra escravizada. É por meio de uma História a contrapelo a análise desses documentos é desenvolvida.

A derrubada das matas que originou o Vale do Muriaé as quais as terras de Carangola (MG) pertenciam foram desmembradas até a cachoeira de Tombos por volta de 1830 (BOECHAT, 2006), quando a faiscagem diminuiu e a agricultura começou a servir de subsistência para os brancos que começavam a formar seus arraiais. Segundo Mercadante (1990) (2003) esse processo ocorreu devido aos esforços de organização dos primeiros roçados por parte da família Lannes que era de origem francesa. O autor utilizou como fonte de pesquisa as correspondências do farmacêutico francês Alexandre Bréthel, que esteve nessa região nos Oitocentos e enviava cartas a família relatando como ocorria o processo de ocupação e as especificidades da região.

Entretanto, existiam divergências para saber qual dos irmãos (José ou Joaquim) teria sido o pioneiro nessas terras. Essas versões serviram para engrandecer os feitos dos brancos nessas terras, porém a todo o momento dos relatos do autor supracitado é possível identificar a ajuda do negro e do indígena. Segundo os relatos, no decênio de trinta começa a se formar arraiais na região, “mas que só se podia penetrar subindo os rios e onde a segurança do viajante estava constantemente ameaçada por chuvas, animais ferozes e por índios selvagens, os famosos puris” (MAURO, 1980, apud BOECHAT, 2006, p.34).

Isso demonstra que o processo de ocupação de Carangola teve muita resistência e que os discursos de grande migração pós que valorativa do ouro, foi um processo muito mais lento do que se imagina. Percebe-se também que a presença indígena também teve função importante no auxílio ao explorador após o processo pacificação, aculturação ou dizimação.

Segundo Mercadante (1990) fica evidente que os desbravadores brancos foram tanto José como Joaquim, ambos tiveram desentendimentos por um tempo e por isso houve uma dificuldade no entendimento do processo. Caberia posteriormente aos próprios irmãos a facilitação na ocupação

da região, ao doarem e venderem grandes territórios apossados por eles. Ainda sobre isso, o autor aponta que o fim do regime sesmarial foi um de grande importância porque era inacessível aos lavradores e isso atrasou o processo de construção de novos arraiais, mas no decênio de trinta já era possível observar a formação de povoados a partir de pastagens marginais do rio.

De acordo com Boechat (2006) em 1833, já havia um pequeno agrupamento em meio ainda a grande parte de matas virgens, no local onde hoje está edificada a cidade de Carangola (MG). Esse Arraial Novo teria sido fundado por desbravadores, caçadores de animais e catadores de poaia que conseguiram chegar nesse local com a ajuda de negros e indígenas assim como vimos no caso da família Lannes.

Em 1852, no âmbito religioso, o Curato de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola que pertencia ao município de São João Batista do Presídio, foi elevado à categoria de Freguesia. A partir daí, a Freguesia de Tombos passava a abranger os atuais municípios de Carangola, Faria Lemos, Pedra Dourada, Divino, Caparaó, Espera Feliz e Caiana. A jurisdição da Freguesia de Tombos, após 1852, abrangia também os atuais municípios de Puriândia, Porciúncula, Ourânia, Varre-Sai, Santa Clara e Natividade, que hoje pertencem ao território fluminense. (CORREA, 2012, p.30)

Nessa época existiam apenas duas freguesias na região que hoje encontra-se a cidade de Carangola: a de São Francisco do Glória e a de Tombos do Carangola, que administravam para a Diocese de Mariana (MG) os registros cívicos que atualmente estão designados aos cartórios, pois naquele momento Estado e Igreja ainda eram um poder único. A cidade de Carangola (MG) pertencia à freguesia de Tombos que era reduto de políticos conservadores, motivo que revoltava a elite carangolense que se consideravam liberais e, mesmo assim tinham que se deslocar para essa cidade para participar da vida religiosa ortodoxa. Nesse ínterim, os moradores de Carangola solicitavam a todo custo à criação de uma Igreja Matriz para evitar passar por esse o constrangimento.

Segundo os autores locais, é devido a essa influência histórica que ocorre a construção da Igreja Matriz de Santa Luzia na cidade, porém essa afirmativa é contraditória porque não havia de fato a necessidade de construir outra Igreja na cidade e muito menos que a elite se deslocar para Tombos, pois já existia uma primitiva *ermida*⁵ na cidade, cujo orago era Nossa Senhora do Rosário, santa de devoção dos negros escravizados que já estavam presentes nessas terras desde os primórdios da invasão branca. Essa lacuna explicativa não elucida claramente as intencionalidades que existiam no contexto político-religioso da cidade de Carangola, haja vista que mesmo com a existência dessa primeira edificação, indaga-se o porquê buscou-se erguer outro templo com o intuito separatista e qual o motivo da elite não frequentar a mesma capela naquele momento.

⁵ São capelas de pequena dimensão, normalmente sem muita infraestrutura e construída por iniciativa laica.

O IBGE (2017) apresenta que fundação de Carangola advém do esforço de grandes fazendeiros que se estabeleceram nesses arredores algumas décadas antes do início da formação do povoado, por volta de 1840. Devido o arraial pertencer anteriormente à cidade de Mariana (MG), na medida em que novas vilas eram formadas, “fazia-se mister a construção de capelas e Igrejas, em redor das quais se estabelecia um comércio. Para favorecer o povoamento, a lei exigia a doação de um patrimônio para o santo de devoção do local”. (GAZETA DE CARANGOLA, 1882, s.p.). Ressalta-se, ainda, que em 1915, com o surgimento da Diocese de Caratinga, a administração religiosa de Carangola (MG) passa a pertencer às ordens dessa nova instituição eclesiástica.

1859 - José Moreira e sua mulher Maria do Carmo Novaes juntamente com Manoel José da Silva Novaes e sua mulher Umbelina Rosa de Jesus adquiriram por 500 mil reis a Francisco Pereira de Souza uma grande extensão de terras, para serem doadas à Mitra Diocesana de Mariana e destinadas à formação do patrimônio (castrum) da futura freguesia (paróquia) de Santa Luzia do Carangola [...]. (CARELLI, 2002, p.94)

1859 – Em reunião presidida pelo padre Antônio Bento Machado, Vigário Encomendado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola, realizada na Igreja Matriz do arraial, um grupo de elementos do Partido Liberal decidiam construir no povoado de Carangola uma capela tendo por orago Santa Luzia. Os motivos da construção desta capela eram de ordem política e não religiosa. Sendo a Freguesia de Tombos um reduto político do Partido Conservador, os liberais de Carangola resolveram construir a futura Matriz [...] para não assistirem atos religiosos em capela de conservadores. (CARELLI, 2002, p.210)

É visível que a doação de terras por parte de colonos donos de terras não significava apenas um ato de devoção, pois essa ação desencadeava uma série de retribuições para sua região, desde o recebimento de missas, a realização de casamento, até investimento e melhorando do local, fator que pode ter sido usado como estratégia por parte desses senhores para adquirir prestígio e assistencialismo. A dependência da Igreja da terra do santo “pode ser interpretado como um sistema patriarcal do domínio político e uma mistura entre a coisa pública e o negócio privado na ordem espacial” (FRIDMAN, 2009 p. 96), pois passou-se a usar a religião como forma de ascensão econômica, “em cada localidade mandava uma família ‘dona’ da religião e [...] o padre estava mais ligado ao clã que ao bispo” (Ibidem), isso fomentou a criação de varias cidade como nome de santos católicos.

Nessa vertente, cabem-se aqui alguns esclarecimentos, pois, em 1857, dois anos antes da construção da Igreja de Santa Luzia, “realizava-se a benção da capela de Nossa Senhora do Rosário, o primeiro templo católico edificado nesta cidade” (CARELLI, 2002, p.451). Essa primeira Igreja, certamente, foi local de encontro devocional dos negros escravos que lá habitavam cuja à devoção marca toda a história nacional. Nessa época, toda a área do entorno de seu terreno foi doada por Francisco de Souza Romano a Igreja Católica para constituição do patrimônio da Igreja de Nossa

Senhora do Rosário, local que hoje encontra-se a rua Santos Dumont anteriormente conhecida como “rua do Romanos, já que as primeiras casas que ali existiram foram por ele construídas. Benzida [...], pelo padre Antonio Bento Machado, vigário de Tombos, a capela localizava-se no meio de um grande terreno baldio” (CARANGOLA, 2008, p.19) fruto de muito esforço visto que a condição de cada capela só melhorava quando era reconhecida e administrada pela Santa Sé

É importante lembrar que devido ao grande número de negros chegados de forma forçada ao Brasil que a religiosidade desses povos influenciou e muito na cultura brasileira. Contudo, o catolicismo já imperava no país e logo a catequização foi implantada para fins de dominação. Segundo Noronha (2017) “os valores católicos para os africanos foi mais eficaz entre o povo banto (de Congo, Angola e Moçambique [...])” (p.121), isso porque ocorriam aproximações simbólicas entre cultos ancestrais e mortos, o que fez com que as Irmandades começassem a concentrar um grande número de negros.

Desprendidos de sus bases, arrojados fuera de La vida indeoendiente, encajados em El monocultivo Del azucar y reducidos a La servidumbre, lós africanos há salvado su existenci de hombres, no reconstituyendo uma socirdade perdida, sino reiventado sus formas (DUVIGNAUD, 1997, *apud* NORONHA, 2017, p.123)

Pode-se dizer que os africanos buscaram no catolicismo uma forma de ressignificar seu sistema mítico, apropriando-se de santos e resistindo em meio as fissuras de uma sistema de opressão escravagista. É nesse contexto que surge o mito de Nossa Senhora do Rosário, “uma manifestação negra ligada a terra, à agricultura, à vida nas aldeias, à Mãe Terra, à Grande Deus” (NORONHA, 2017, p.125) e maior exemplo de um catolicismo negro que se formou no território brasileiro, que mesmo divergindo na forma do relato é sempre a mesma ideia de ressignificação. Mesmo com essa circularidade cultural, o que ocorreu no Brasil foi uma transposição de um modelo mercantil pré-capitalista e escravagista para a sociedade capitalista, no qual os negros não gozaram de nenhuma política de integração, pois “o interesse das elites e do governo brasileiro era excluir o negro do plano político, social e econômico” (SILVA; SANTOS, 2012, p.3). Segundo o dossiê de tombamento da Igreja do Rosário, mesmo com a construção da Matriz, a Capela de Nossa Senhora do Rosário continuou sendo muito usada pela população. E o núcleo urbano de Carangola, desde então passa a ter o seu centro demarcado por dois Largos: o da Matriz e o do Rosário. Nas décadas seguintes a cidade se desenvolveu substancialmente.

Diante disso, acredita-se que essa ideologia racista disfarça de democracia racial propagada no Brasil, fomentou um processo de segregação socioespacial entre os moradores de Carangola, fazendo com que a elite branca local não aceitasse ocupar o mesmo espaço que os negros, nem mesmo em espaços religiosos. Ressalta-se que a “adequação aos ‘estilos urbanos de vida’ era

privada aos negros onde estes não possuíam condições mínimas de se sustentar e de participar economicamente, culturalmente e socialmente do meio urbano” (*Ibidem*, p.6). Isso demonstra que o pensamento da elite era de forjar uma nova identidade, de buscar a ascensão econômica e que seria um descaso ou uma ofensa que sua Igreja Matriz, símbolo de poder da cidade, tivesse como protetora uma santa que tivesse qualquer relação com a devoção/proteção de povos negros. Além disso, esse templo não poderia estar localizado em zonas periféricas, já que não estaria de acordo com os padrões vigentes da burguesia/elite da época, que buscava, a partir da irradiação das áreas centrais, acelerar o crescimento da cidade e fortificar a hegemonia da cultura branca cristã em Carangola, distanciando-se cada vez mais dos espaços dos trabalhadores.

Sob tal prerrogativa, a capela de Santa Luzia foi erguida em 1859, em um local um pouco distante do agrupamento original, corroborando com o que denominamos de processo de refundação de Carangola (MG), pois seu centro de poder econômico religioso passa a ser o Largo da Matriz de Santa Luzia e a cidade passa ser reorganizada a partir desse processo, tornando o primeiro centro a qual pertencia a Igreja de Nossa Senhora do Rosário – atual Rua Santos Dumont e adjacências áreas de menos poder, enquanto os arredores da Praça Coronel Maximiano, ou seja, as ruas que cortam a matriz como os espaços de maior relevância política econômica e cultural da cidade.

Neste caso, vale recordar que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi demolida em 1915 (CARELLI, 2002) e reconstruída *a posteriori* em outro local. Na metade da década de 1940, ficou definido a necessidade de formar uma comissão para a aquisição de um novo terreno para edificação de um novo templo em homenagem à santa, ela foi formada por “Sirilo Alves, Francisco Calito, Manoel Bernardino, José Antonio Tanuncio – “Zé Turco” e Wilson Campos, bem como outros moradores da região. Foi adquirido um terreno existente nos fundos da capela” (CARANGOLA, 2008, p.22), que pertenciam a duas moradoras conhecidas na época, mas que tiveram sua casa demolida mediante a compra do terreno, que segundo as fontes era maior do que o da primeira

Coincidentemente, isso ocorre durante a consolidação da Matriz enquanto novo centro de poder, levando a crer que se ela permanece no espaço durante o surgimento/refundação do novo centro, sua existência descaracterizaria o reconhecimento da Igreja de Santa Luzia como a guardiã de fundação da cidade. Neste sentido, é possível considerar que a criação da matriz contribuiu para a *invisibilização* daqueles que possivelmente contribuíram para constituição de Carangola (MG), pois até nas histórias que rondam o nome da cidade encontram-se referências da cultura africana e como já foi mencionado eles auxiliaram na derrubada da mata junto com os indígenas e apropriaram-se do catolicismo para ressignificar suas práticas religiosas.

Visando cada vez mais expandir seu poder dentro do contexto da Zona da Mata Mineira, buscou-se aderir novos padrões estéticos e arquitetônicos das grandes e médias cidades, criando novas ruas e praças. Neste sentido com a demolição da capela do Rosário e sua reconstrução em outro local, foi construída uma praça no terreno que ela estava situada, sendo “denominada de ‘Jardim do Largo do Rosário’, passando por uma intensa reforma na administração de Waldemar Soares de Souza (que foi prefeito entre os anos de 1937 e 1945)” (CARANGOLA, 2008, p.21).

Essa praça também foi demolida entre os anos de 1951 e 1955, para tristeza dos moradores do local, que relatavam que além do local servir para os encontros e sociabilidades dos que a frequentavam, “a Praça do Rosário era também a área onde se realizavam as festividades da Igreja, principalmente a comemoração do dia de Nossa Senhora do Rosário no dia 7 do mês de outubro” (*Ibidem*, p.22), fato que pode ter corroborado com as menções de congadas no Largo da Matriz de Carangola (MG). Atualmente nesse local funciona a Escola Municipal Helena de Oliveira, e é um dos espaços a qual as procissões e alvoradas sempre percorrem pelo seu valor histórico.

Nessa perspectiva, percebe-se que a gestão racista do espaço se expressa de diferentes maneiras: 1) desfinanciamento dos espaços culturais negros diaspóricos; 2) um tempo governamental por meio da burocracia que dificulta a efetivação de políticas de reconhecimento, redistribuição e representação negra nas instâncias de poder; 3) um esquecimento consciente das histórias e geo-grafias negras e diaspóricas na produção social do espaço; 4) seletividade racial nos bens tombados. A duração e estabilidade são alvos dessa política, definindo quais memórias devem permanecer e quais devem ser destruídas. Ou seja, uma gestão bionecropolítica das memórias negras (OLIVEIRA, 2015).

Ainda sobre isso, considera-se que “a cultura está intimamente ligada ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como objetiva e válida cultura para todas as pessoas”. (COSGROVE, 2012, p.226). Assim, pode-se dizer que o objetivo da Igreja Católica e da oligarquia carangolense, foi criar uma espoliação das lembranças e do direito à memória (BOSI, 1994), definindo um dos mais cruéis exercícios de opressão sobre os sujeitos: a negação do direito de afirmar-se como “ser” a partir de sua história e memórias. Um processo de negação das formas de subjetivação, que permitiu a refundação dessa cidade a partir do ocultamento e embraquecimento da Igreja que tem relação com a população negra que está presente nessa localidade desde seus primórdios.

Considerando conflitos existentes entre as práticas históricas de exclusão da população negra, é possível, ainda, refletir acerca da constituição de territórios e zonas de conflitos entre práticas hegemônicas de uma cultura dominante em relação à população descaracterizada. Levando em consideração que segundo Mercadante (1990) a praça da matriz era palco de festas cristãs e

congadas africanas, a relação acima defendida tem mais valor, pois são traços marcantes da relação entre Nossa Senhora do Rosário e povos africanos, uma verdadeira manifestação afro-brasileira, que infelizmente se perdeu nos processos de branqueamento da cidade de Carangola (MG) e principalmente da Igreja do Rosário depois de sua reconstrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme fora proposto neste trabalho, o interesse foi o de apresentar a importância da Afrocentricidade no estudo sobre as atuais cidades brasileiras, principalmente aquelas que silenciaram a presença do negro ao longo do tempo. As pesquisas sobre a religião católica são consideráveis na ciência geográfica, porém são raras aquelas que buscam trilhar novos caminhos a partir métodos de análises que privilegiem uma leitura não eurocêntrica do espaço geográfico, que tem nas indagações presentes resquícios de um passado muita das vezes forjado por documentos de uma História Oficial. Conforme foi proposto nesse artigo dissertação o interesse consistia em entender o mito de fundação de Carangola (MG) mediante as estratégias racistas possíveis de entendimento sob as lentes da Afrocentricidade

Ressalta-se que a apresentação das formas de operacionalização dos métodos empregados na análise do processo de deslocamento do centro de poder da cidade, ao qual denominamos de “refundação carangolense” abre margem para novos estudos que busquem entender o desenvolvimento dessa cidade por uma perspectiva também racial, além de propiciar uma fonte de pesquisa para futuros geógrafos que busquem analisar as cidades em sua complexidade histórica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. A. P. **No livro a raiz, na lembrança o passado. Fragmentos culturais e memória dos descendentes declarados de indígenas de Mirai.** 2016. 174f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2016.

ARROYO ILERA, F. Crescente interesse geográfico em toponímia. **Geographical Studies** , 299–309. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/estgeogr.0600>. Acesso em 12 out. 2022.

ASANTE, M. K. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar.** In.: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). São Paulo: Selo Negro, 2009.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. ed. 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado** – v. 31. n. 1, p. 15-24, 2016.

BESSE, J-M. **O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem**. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. Tradução de Annie Cambe, - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. p.11-66.

BOECHAT, M. C. C. R. **A ocupação da região de Carangola**: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX. 2006. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra-UNIVERSO, Vassouras, 2006.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARANGOLA, Prefeitura Municipal de. **Dossiê de Tombamento - Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Carangola; PERMEAR, 2008.

CARELLI, R. **Efemérides Carangolenses**. Viçosa. Editora Folha de Viçosa, 2002.

CORRÊA, R. R. **Escravidão, Criminalidade e Cotidiano**: Santa Luzia do Carangola – MG (1880-1888). 2012. 152 f. Dissertação (História Social e Política do Brasil.) - Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO. Niterói, 2012.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; Rosendahl, Z (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

ERTHAL, R. Geografia Histórica – Considerações. In: **Revista Geographia**, vol.5, n. 9, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13442/864>. Acesso em 10 out. 2020.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. **Linha d'Água**, v. 27, p. 141-157, 2014.

FRIDMAN, F. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. In: **Revista IEB**, n. 49, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34641/37379>. Acesso em 10 out. 2020.

GAZETA DE CARANGOLA. Edição Histórica. **Carangola é vida – 1882/1982**. 1º centenário de Carangola.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 396p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

IBGE. **Carangola**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/historico>. Acesso em 10 out. 2020.

LIMA, E. C. **A toponímia africana em Minas Gerais**. 2012. 216f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

MATA, S. O desencantamento da toponímia. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2005, v. , p. 115-140.

MERCADANTE, Paulo. **Crônica de uma comunidade cafeeira: Carangola: o vale e o rio**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

_____. **Da aventura pioneira ao destemor à travessia: Santa Luzia do Carangola**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.

NORONHA, V. **Rastros de África no Brasil: práticas educativas no Reinado de Nossa Senhora do Rosário**. v. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017. 296p .

OLIVEIRA, D. A. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu. **Anais do Copene Sudeste**, 2015.

OLIVEIRA, R. T.; SANTOS, F. K. S. O Início da formação territorial brasileira: uma reflexão sobre o território em Suape. **Revista de Geografia**, v. 31, p. 82-95, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, M. W. A Geografia e o estudo do passado: Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, v. 1, p. s/n-s/n, 2012.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos** (Salvador), v. 5, p. 147-157, 2009.